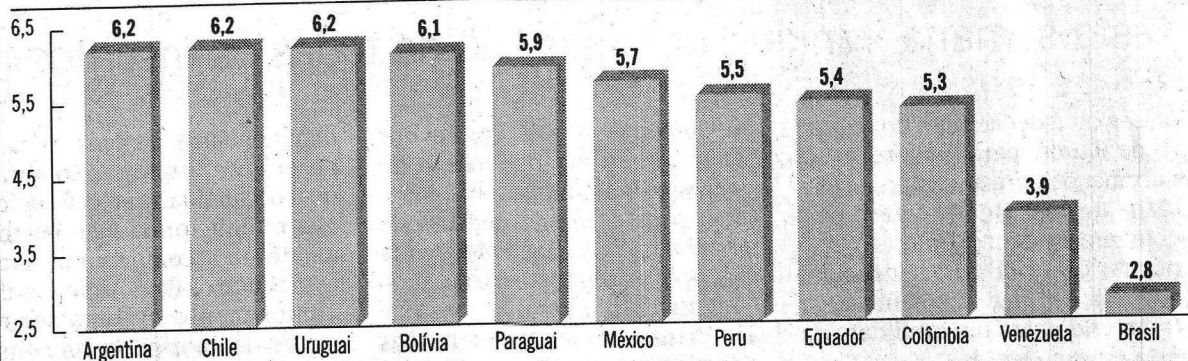
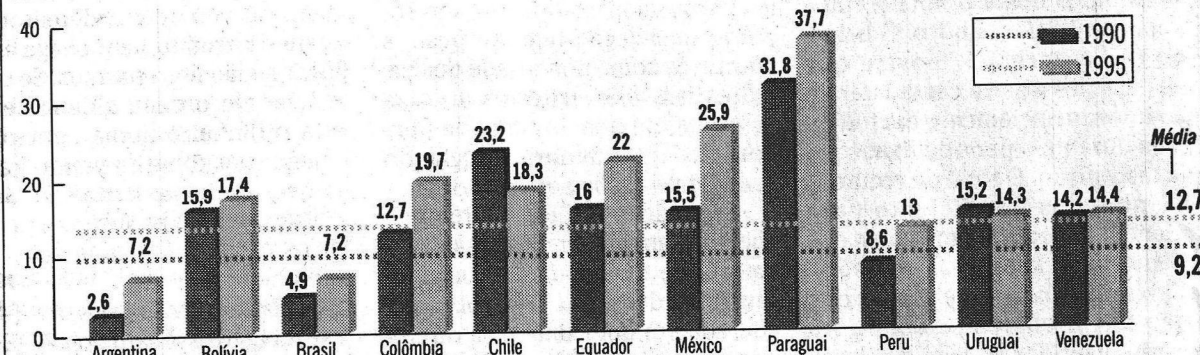


ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA

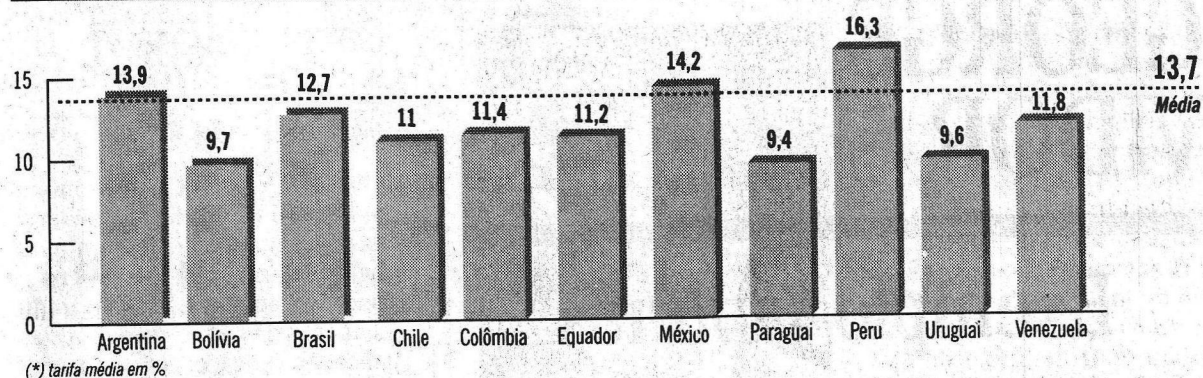


VOLUME DE IMPORTAÇÕES(*)



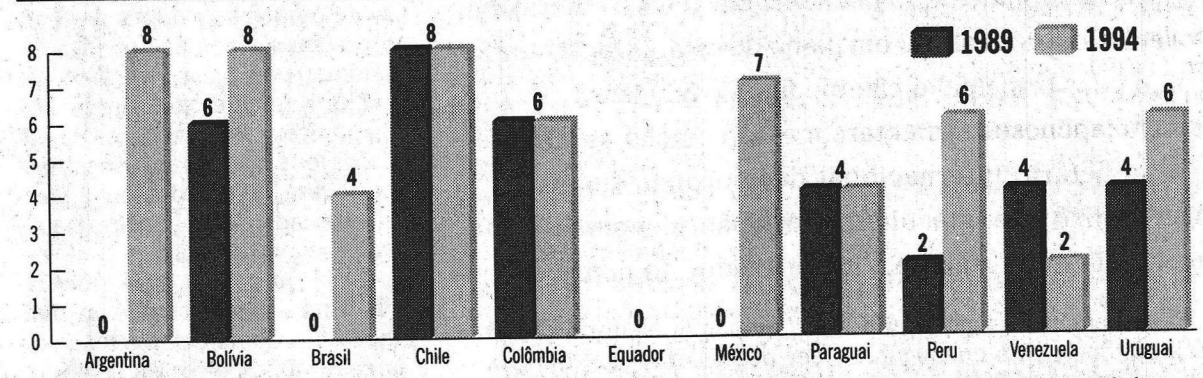
(*) % de importações sobre o PIB

TARIFAS ADUANEIRAS DE 1996(*)



(*) tarifa média em %

CONTROLE DE PREÇOS(*)



FONTE: Ceal, com dados de BID, Apoio Consultoria, JP Morgan e FMI

(*) 0-controle sobre todos os setores

10-não existe controle de preços

Uma economia aberta, mas nem tanto

Pesquisa mostra que, apesar dos avanços, Brasil é o país mais fechado da América Latina

Germana Costa Moura

É verdade que já trocamos as carroças pelos carros importados, a roupa de malha pela seda chinesa e até a água de coco pela Perrier. Mas, apesar de todos os esforços, ainda não se pode dizer que o Brasil acordou para a globalização. O país é o que apresenta a economia mais fechada do continente, de acordo com recente pesquisa do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal). O estudo, que foi apresentado ao ministro da Indústria e do Comércio, Francisco Dornelles, na VII Assembléia do Ceal, em outubro, estabelece o Índice de Liberdade Econômica (IEL), para medir os avanços no processo de abertura da região. O Brasil alcançou apenas 2,8 na escala do IEL contra 6,2 de Chile, Uruguai e Argentina, os líderes no ranking.

Mas, o que exatamente pesa contra nós? Quase todos os indicadores que entram na composição do índice, como a excessiva presença do Estado na economia, a lentidão do sistema legislativo e o volume de encargos trabalhistas.

Governo ainda está muito presente na economia brasileira

O estudo mostra, por exemplo, que Brasil e Venezuela são os únicos países em que a atividade do Governo soma entre 20% e 30% do PIB. Todos os outros já avançaram nas privatizações.

— Aqui, o setor elétrico e o de telecomunicações ainda têm um peso enorme na economia, criando distorções e prejudicando a nossa competitividade — explica o secretário de Indústria e Comércio do Rio, Márcio Fortes, que é diretor do Ceal. — Na Argentina, depois da privatização, o custo de transmissão de eletricidade caiu 70%.

Além disso, o controle de preços, que até 1990 se fazia valer em todos os setores, ainda é muito alto na comparação com os vizinhos. O relatório dá nota 4

ao Brasil neste quesito, sendo 10 a pontuação para países que não interferem na formação de preços. A Argentina, por exemplo, com uma inflação que está praticamente zerada há cinco anos, ganhou nota 8. Por tudo isso, Fortes teme que o péssimo resultado brasileiro no ranking possa prejudicar a política do país de atração de investimentos.

— É importante que o Governo vença essa batalha para diminuir custos, modernizar o Estado e avançar na reforma tributária. Com as barreiras que temos hoje, o investidor pode desistir de vir para cá. A não ser que o mercado brasileiro seja muito importante, ele pode escolher qualquer outro lugar da América Latina para investir — comenta.

A situação também preocupa o consultor Roberto Teixeira da Costa, presidente do capítulo brasileiro do Ceal, que fez questão de mandar cópias do relatório para os ministros da Economia, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir. Para ele, a posição no ran-

king reflete o atraso da entrada do país no processo de abertura econômica.

— O Brasil passou por uma fase de transição muito mais complicada que os seus vizinhos. Nosso regime militar foi mais longo e, quando tivemos a chance de eleger um presidente civil, houve um impeachment. Tudo isso atrasou nossas reformas. Enquanto os outros países já estavam abrindo suas economias, nós estávamos lutando contra a hiperinflação — analisa.

Passada essa fase, ele lembra que o país se viu no meio do furacão da globalização. Não dá para negar os avanços do país desde 1990, mas estes ainda não foram suficientes para enquadrar o Brasil entre as economias realmente liberalizadas.

— O consumidor até há pouco tempo não tinha acesso a quase nada importado. E, por outro lado, os exportadores tinham uma situação muito confortável, já que o Governo sancionava toda a inflação passada na taxa de câmbio. De repente tudo isso mudou. O brasileiro foi com toda a sede ao pote — diz.

Até onde vai o limite dessa sede é o que ninguém sabe. Segundo Teixeira da Costa, ainda é cedo para medir os efeitos da avalanche de importações.

— Está todo mundo preocupado, mas a verdade é que não há uma matriz clara sobre qual é o limite de déficit razoável para a balança comercial. O Brasil ainda está se acomodando dentro da nova realidade — explica o consultor.

Nesse sentido, o aumento das tarifas tem sido o instrumento mais usado pelo Governo para conter as importações. Mas, por incrível que pareça — e apesar da crítica dos varejistas que sonham com a volta das alíquotas de 35% para automóveis e de 20% para brinquedos; ambas estão em 70% — as taxas cobradas no Brasil se situam abaixo da média do continente. Nossa tarifa média é de 12,7%, bem mais favorável do que os 13,9% cobrados na Argentina e os 16,3% do Peru. Para Márcio Fortes, não são os

custos de importação e, sim, as dificuldades de exportação que prejudicam o Brasil no ranking. Além da questão do câmbio, ele destaca os encargos trabalhistas como fator que aumenta o custo Brasil.

— Os custos trabalhistas aqui são inacreditáveis. Estão entre os três mais altos do continente. O nosso sistema previdenciário, então, é uma loucura: empregado e empregador pagam muito, mas o benefício é mínimo. Tudo isso amarra o empresário e aumenta o custo Brasil — acentua Fortes.

Falta de segurança e morosidade do legislativo atrapalham o Brasil

Por sua vez, Teixeira da Costa destaca a morosidade do sistema legislativo e a questão da segurança como os fatores que mais atrasam a nossa competitividade.

— O estudo mostra que o sistema legislativo não garante a liberdade para as empresas competirem entre si. O problema da criminalidade também afeta diretamente o empresariado.

Com relação ao sistema legislativo, o relatório traz uma pesquisa realizada pela Apoio Consultoria junto à população dos 11 países. Em todos, somente 30% das pessoas responderam que têm alguma confiança no poder judiciário. Pior: mais de 50% disseram acreditar que a corrupção aumentou significativamente nos últimos anos.

Somando-se todos esses problemas, a América Latina, especialmente o Brasil, aparece em franca desvantagem na comparação com países asiáticos e europeus. Hong Kong, tido como o mais liberal do mundo, atingiu 9 pontos na metodologia do IEL. O Japão, em décimo lugar, tem o IEL de 7,3.

— O pior disso tudo é que há uma relação direta entre abertura comercial e crescimento. A Irlanda é o país da Europa que mais cresce e o que tem o mercado menos regulado — diz Fortes. ■

Continente começou liberalização em 85

Em dez anos, governos fizeram reformas, venderam estatais e controlaram inflação

• O processo de liberalização da economia na América Latina começou em 1985, puxado por México e Chile. No ano seguinte foi a vez da Bolívia; em 89, de Paraguai, Argentina e Venezuela e só em 1990, do Brasil. De lá para cá, o continente deu uma guinada de 180 graus. Os governos recém-saídos da ditadura iniciaram reformas; estatais foram vendidas; a inflação começou a ser controlada. Uma década depois, já estava na hora de analisar os reflexos dessas mudanças. Essa é a proposta do Ceal, que elaborou o estudo intitulado "Análise comparativa dos avanços da liberalização na América Latina".

Os dados que deram origem ao Índice de Liberdade Econômica (ILE) baseiam-se em estatísticas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), além de ban-

cos, órgãos e secretarias dos 11 países envolvidos. Os pesquisadores procuraram levar em conta o grau de liberdade que se tem tanto para produzir, sem a regulamentação do Governo, quanto para consumir, dependendo do volume de impostos gerado sobre os salários.

As notas ganharam tratamento semelhante ao que é adotado pelas empresas de classificação de risco. Uma vez feitos cálculos e ponderações necessárias, os indicadores foram convertidos em notas que, em tese, vão de zero (para os países mais protectionistas) a dez (caso dos mais liberais). O Ceal reúne 300 empresários do setor privado e tem como objetivo estimular a integração do continente e a troca de experiências entre os participantes. O capítulo brasileiro, o maior do conselho, tem 87 associados.